



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (06/03) a Quinta-feira (12/03)

Manchetes

Conjur: Prisão não deve ser contêiner de pessoas, diz pesquisadora

Agência Senado: Congresso analisa veto ao pacote anticrime na próxima quarta-feira

Jota: Audiência pública sobre juiz de garantias: os escolhidos de Fux

Carta Capital: Acusados de matar Marielle Franco e Anderson Gomes irão a júri popular

UOL: Após Paraisópolis, OEA pede que Brasil se solidarize com população negra

Pastoral Carcerária: MP do Pará registra irregularidades em penitenciárias em Marabá e exige mudanças

Folha de São Paulo: População LGBT em presídios representa 1,4% do total, segundo Depen

Ponte: Família de preso com câncer na Penitenciária Federal de Brasília denuncia negligência

Agência Brasília: Sesipe anuncia suspensão de visitas aos presídios do DF

MPF: Prorrogado prazo de chamada pública para artigos sobre violência de estado e controle externo da atividade policial

Síntese das notícias

Prisão não deve ser contêiner de pessoas, diz pesquisadora: Em países onde a superlotação dos presídios é comum, torna-se prioritário um padrão mínimo de tratamento dos detentos conforme previsto nas Regras Nelson Mandela de condições dignas para prisioneiros adotadas pelas Nações Unidas. Como colocar em prática esse padrão e o papel do Poder Judiciário nesse processo foi o tema da conferência *Regras de Nelson Mandela como base para uma política judiciária*, que aconteceu na quarta-feira (4), em Brasília, durante o Seminário Internacional Judiciário, sistema penal e sistema socioeducativo: questões estruturais e mudanças necessária. A conferencista e pesquisadora italiana Piera Barzanó apresentou dados da experiência internacional de encarceramento. Segundo informações de 2016, entre 198 países, 115 possuíam lotação carcerária crítica. Desses, 79 países possuíam superlotação das unidades prisionais 120% acima da capacidade oficial e outros 51 mostravam uma superpopulação 150% maior que a capacidade. Em algumas situações, prisões em áreas urbanas chegam a ter 400% de lotação acima da capacidade. Os dados, incluindo a atual situação brasileira, atestam a falta de cumprimento das Regras Nelson Mandela de tratamento digno aos presos. Entre 2000 e 2016, o número de pessoas presas triplicou no Brasil, com a população carcerária atingindo 726 mil pessoas. O aumento posiciona o país no 3º lugar no ranking mundial dos maiores encarceradores.

Fonte: Conjur (10/3/2020). <http://bit.ly/3aNwCWq>



Congresso analisa veto ao pacote anticrime na próxima quarta-feira: Por acordo de líderes, a ordem do dia do Congresso para apreciação de vetos foi encerrada na quarta-feira (11) para que os parlamentares possam preparar a pauta que deverá ser votada na sessão da próxima quarta-feira (18). As lideranças deverão discutir os possíveis acordos entre as bancadas para analisar os 22 dispositivos vetados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (Veto 56/2019), ao chamado Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), que modifica a legislação penal e processual penal. A lei endurece penas para diversos tipos de crimes e aumenta a pena máxima aplicada no país de 30 para 40 anos. Um dos artigos vetados triplicava a pena para crimes na internet de injúria, calúnia e difamação. De acordo com o senador Weverton, que presidiu a sessão de terça-feira (10), o entendimento inicial é de que o procedimento para a votação do veto seja feito em três blocos: o primeiro com os dispositivos 4, 5, 6, 18, 19, 22, 23 e 24; o segundo com os itens 7, 10, 12, 17, 20 e 21; e o terceiro bloco para votar os dispositivos 1, 2, 3 e 11. As regras do Pacote Anticrime são resultado do trabalho de um grupo criado para avaliar sugestões do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal - STF. O texto foi modificado durante sua tramitação e posteriormente aprovado pela Câmara e o Senado.

Fonte: Agência Senado (11/3/2020). <http://bit.ly/2ITm38F>

Audiência pública sobre juiz de garantias: os escolhidos de Fux: No início da semana, o ministro Luiz Fux divulgou a lista dos participantes selecionados para a audiência pública em que se discutirá o instituto do juiz de garantias. As audiências públicas são, em regra, instrumentos para qualificar e pluralizar o debate no Supremo. A lista de Fux – jurídico-corporativa – parece contrariar essas duas ideias. O que justificaria uma audiência pública nesses termos? Mais do que ideias de abertura, diálogo social e expertise, a resposta parece estar nas controvérsias e dinâmicas internas do próprio tribunal. Durante o recesso do Supremo a figura do juiz de garantias, recém instituída por lei, foi suspensa. Primeiro, o ministro Toffoli, por liminar monocrática, adiou sua implementação por 180 dias. Cerca de dez dias depois, ainda no recesso, o ministro Fux, relator do caso, também por liminar monocrática, “cassou” a decisão da presidência, suspendendo o instituto indefinidamente. A decisão foi criticada por todos os flancos. No mérito, por estabelecer uma espécie modulação pro futuro, uma vacatio legis judicial, indefinida e ilimitada. No procedimento, por ser individual e em confronto direto com o Congresso, e autofágica, desautorizando o presidente do Supremo. Nesse contexto conturbado, a convocação de audiência pública poucos dias depois da segunda decisão fez soar o alarme de observadores do Supremo. Uma audiência pública poderia prolongar a manutenção da decisão monocrática indefinidamente e deixar para as calendas sua submissão ao plenário. Não seria a primeira vez que o ministro Fux faria uso estratégico de uma decisão monocrática não submetida ao plenário. Durante quatro anos, uma decisão individual sua manteve o pagamento de auxílio moradia para magistrados sem jamais ter sido submetida ao colegiado.

Fonte: Jota (6/3/2020). <http://bit.ly/39FkRRH>

Acusados de matar Marielle Franco e Anderson Gomes irão a juri popular: Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, acusados de planejarem e executarem o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, irão à juri popular. A decisão foi tomada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na terça-feira (10). Os dois ex-policiais são réus por duplo homicídio e também responderão pela tentativa de homicídio contra a assessora de Marielle que estava no carro, Fernanda Gonçalves Chaves. O crime

SINOPSE DE NOTÍCIAS



aconteceu há quase dois anos, no dia 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Ainda não há esclarecimentos finais sobre o mandante do crime. Os suspeitos estão presos no presídio de Porto Velho, em Rondônia, desde maio de 2019. Eles também passaram por Bangu 1, no Rio, e pela penitenciária federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. No decorrer do processo, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, que investiga o caso, chegou a oferecer delação premiada para os dois acusados a fim de obter mais informações sobre o caso, mas ambos negaram – assim como negam o envolvimento no crime até hoje.

Fonte: Carta Capital (10/3/2020). <http://bit.ly/2wMoDdB>

Após Paraisópolis, OEA pede que Brasil se solidarize com população negra: Em audiência feita no Haiti, na sexta-feira (6), representantes do governo brasileiro tiveram de ouvir, presencialmente, o depoimento da irmã de Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16, um dos nove jovens mortos após uma ação policial em um baile funk na favela de Paraisópolis, em dezembro. Fernanda dos Santos Garcia, 27, a irmã do jovem, afirmou que o Estado brasileiro arruinou sua vida para sempre. “Chegar na nossa casa e saber que eu nunca mais iria ver o meu irmão... Ele foi tratado com tanto amor, com tanta dificuldade, para um órgão do estado vir tirar a vida dele sem razão alguma”, disse, com a voz embargada. O desabafo foi feito em audiência da CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA – Organização dos Estados Americanos. Com representantes do governo federal à mesa, foi pedido, como ação mínima, uma prestação de solidariedade do Estado brasileiro às famílias de vítimas de violência policial como um todo. O pedido foi feito por Joel Hernández García, comissário da CIDH. “Gostaria de escutar uma expressão de solidariedade dos representantes do Estado brasileiro à população negra. É o mínimo que podem levar desta audiência”, disse. Na sequência, representantes do governo federal disseram palavras de solidariedade a Fernanda. Relatório da PM aponta que as mortes dos jovens – que tinham entre 14 e 23 anos – foram acusados pela ação policial, mas isenta os agentes do estado. A corporação analisou que houve “legítima defesa” na operação.

Fonte: UOL (10/3/2020). <http://bit.ly/2W0h7GJ>

MP do Pará registra irregularidades em penitenciárias em Marabá e exige mudanças: O Ministério Público do Pará realizou vistorias no Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes, o CRAMA e no Centro de Recuperação Feminino de Marabá, o CRF. Foram constatadas diversas irregularidades, que resultaram em uma série de recomendações encaminhadas ao Secretário Extraordinário de Estado para assuntos penitenciários, Jarbas Vasconcelos do Carmo, para que providências sejam tomadas. A promotora Daniella Maria Dias, na recomendação, relata que ambos os Centros penitenciários estão encarcerando em “condições indignas e insalubres”. Os presos estão em locais sem condições mínimas de salubridade e higiene, sem ventiladores, há internos dormindo do chão e privados de receber materiais de higiene pessoal. Alguns apenados do regime semi-aberto estariam trancados nas celas por dias consecutivos. Os pertences dos presos, como livros, bíblias e roupas, teriam sido apreendidos pelos agentes da unidade de acordo com a denúncia. Segundo o relato, os presos estariam sendo comprimidos nas celas, com uma média de 22 pessoas para cada cubículo. Além disso, os responsáveis pela unidade prisional estariam obrigando os encarcerados a compartilharem uma única escova de dentes por todos na mesma cela.

Fonte: Pastoral Carcerária (6/3/2020). <http://bit.ly/39M9APC>



População LGBT em presídios representa 1,4% do total, segundo Depen: A

população LGBT em presídios brasileiros é de 10.457 pessoas. O número, fechado na última semana pelo Depen - Departamento Penitenciário Nacional, representa 1,4% do total de presos no Brasil. Segundo os dados, os bissexuais e as lésbicas são os grupos mais numerosos, 3.487 e 3.165, respectivamente. Transexuais são 429 e gays, 2.821. O estudo foi feito com estados e se refere a 2019.

Fonte: Folha de São Paulo (8/3/2020). <http://bit.ly/2W5RHrg>

Família de preso com câncer na Penitenciária Federal de Brasília denuncia

negligência: Diagnosticado com tumor cerebral em estágio avançado, Felipe Batista Ribeiro, o Anjinho, 31 anos, integrante do PCC - Primeiro Comando da Capital, está sendo “deixado para morrer” na Penitenciária Federal de Brasília, de acordo com familiares. Conforme exames médicos divulgados por familiares e pessoas próximas, Anjinho tem um tumor de mais de 4 centímetros, do lado esquerdo do cérebro, em evolução contínua, o que tem aumentado a pressão craniana, causando fortes dores de cabeça, náusea e convulsões constantes. A família afirma que ele não está tendo acesso ao tratamento adequado. Além disso, a defesa dele tenta uma transferência de volta ao estado de origem ou ainda prisão domiciliar, considerando a saúde debilitada do detento. Abaixo, petição da defesa de Anjinho à Corregedoria Judicial da Penitenciária Federal de Brasília detalha a condição de saúde do detento. Dois meses antes da transferência, em março de 2019, o Ministério Público e a Justiça do Amazonas aceitaram o pedido de prisão domiciliar por causa da doença dele. Mesmo assim, ele acabou transferido. Ele está condenado a 21 anos de prisão por tráfico de drogas, roubo qualificado, porte de arma de fogo de uso exclusivo e por integrar organização criminosa. Anjinho é apontado como o articulador do PCC no Amazonas.

Fonte: Ponte (10/3/2020). <http://bit.ly/2U3cJUu>

Sesipe anuncia suspensão de visitas aos presídios do DF: Medidas de contenção do vírus vinham sendo tomadas pela Sesipe – Subsecretaria do Sistema Penitenciário, que é vinculada à SSP/DF. Cartilhas e material informativo foram distribuídos a servidores e visitantes. As informações foram repassadas aos reeducandos. A Sesipe pediu à Secretaria de Saúde um plano de contenção específico para o ambiente carcerário. A medida foi informada aos órgãos de Justiça. “Estamos tomando os cuidados necessários para resguardar servidores e internos”, explicou o subsecretário da Sesipe, Adval Cardoso. Na visita ocorrida na quarta-feira (11), em uma das unidades prisionais do Complexo da Papuda – a Penitenciária do Distrito Federal II - PDF II – uma média realizou a triagem de visitantes. Aqueles que apresentavam sinais severos de gripe tiveram a visita inviabilizada. A triagem será repetida na quinta-feira (12).

Fonte: Agência Brasília (12/3/2020). <http://bit.ly/2IHkXfY>

Prorrogado prazo de chamada pública para artigos sobre violência de estado e controle externo da atividade policial:

A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal - 7CCR/MPF prorrogou o prazo para envio de artigos sobre o tema “Violência de Estado: Controle Externo da Atividade Policial, Sociedade e Sistema de Justiça”. Os interessados podem enviar textos até o dia 18 de março. Os artigos selecionados irão integrar coletânea virtual e devem abordar o papel da sociedade e do sistema de Justiça no controle da atividade policial, a fim de promover a efetivação dos direitos fundamentais e da cidadania. Para participar, é preciso enviar o texto para o e-mail 7ccr@mpf.mp.br, indicando no assunto da mensagem “Edital

SINOPSE DE NOTÍCIAS



7ª CCR/MPF nº 1, de 18 de dezembro de 2019 – Violência de Estado: controle externo da atividade policial, sociedade e sistema de justiça”. Os artigos serão avaliados e selecionados pelos coordenadores da publicação, em até um mês após o término do prazo de entrega. O resultado da deliberação será comunicado aos candidatos por e-mail.

Fonte: MPF (20/2/2020). <http://bit.ly/383wjFn>